

A GEOGRAFIA POLÍTICA DO IRÃ

Rasoul Afzali¹

Sara Abbasi²

Sadaf Zhalehbaghi³

Introdução

A geografia política e a geopolítica do Irã constituem um princípio fundamental para compreender o perfil político e social do país. Vários fatores que afetam a geografia do Irã são inerentemente históricos. Exemplos de tais fatores históricos incluem: a razão de ser do país, a extensão territorial do planalto iraniano, a composição demográfica, o nacionalismo, a localização geográfica, a cultura e as subculturas nacionais e religiosas, e até mesmo a forma de governo. A extensão territorial atual do Irã, embora bastante reduzida em comparação com sua situação anterior, tem sido, de maneira consistente, o território central do país ao longo da história. Além do território, outros fatores subjacentes à geografia política, como a diversidade étnica e a forma e o tipo de governo, continuam a preservar a herança ancestral do país. A diversidade étnica e racial da população iraniana moderna (Século XXI) é, em grande medida, uma réplica do cidadão iraniano pré-moderno. A forma de governo também segue essa lógica, na medida em que ainda assume a forma de autoritarismo centralizado. Tais exemplos evidenciam a relevância dos fatores históricos na formação da geografia política do Irã.

Fatores alternativos que afetam a geografia política do Irã são componentes estruturais originários da era moderna, tais como fontes de energia, localização geográfica, elementos geopolíticos e geoestratégicos, governos modernos, entre outros. Os recursos energéticos têm desempenhado um papel fundamental na centralização do sistema político, sobretudo após

¹ Autor correspondente. Universidade de Teerã, Teerã, Irã. E-mail: rafzali@ut.ac.ir. ORCID: 0000-0002-8863-044X.

² Universidade de Teerã, Teerã, Irã. E-mail: abbasi.sara@ut.ac.ir.

³ Universidade de Teerã, Teerã, Irã. E-mail: Sadaf.Zhalehbaghi@ut.ac.ir.

a instauração do governo moderno em 1925, quando emergiram como a principal fonte de renda do país. Mesmo hoje, os recursos energéticos continuam sendo o principal motivador por trás do amálgama do sistema político. Apoiando-se nas receitas da indústria petrolífera, o governo tem negado a descentralização e chegado ao ponto de resistir a governos locais frágeis. A noção de superioridade geográfica do Irã também é confirmada por teorias geopolíticas modernas apresentadas por figuras como Mackinder, Spykman e Cohen. A geopolítica do Irã também está inteiramente sob a influência de fatores estruturais modernos. Tanto durante a soberania Pahlavi quanto sob a governança da República Islâmica do Irã, o país tem mantido sua centralidade geopolítica no Oriente Médio em virtude dos referidos fatores estruturais. A dinastia Pahlavi centralizava os recursos energéticos e as alianças políticas com o Ocidente, ao passo que a República Islâmica se apega a ideologias religiosas modernas; ambas conseguiram manter o papel do Irã como principal instigador da rede geopolítica do Oriente Médio.

Uma análise da geografia política do Irã que não levasse em conta esses dois fatores seria, na melhor das hipóteses, um esforço incompleto. Nesse contexto, o presente capítulo busca utilizar tais fatores como meio de fornecer uma definição abrangente da geografia política e da geopolítica do Irã.

História político-social

Desde pelo menos o reinado dos aquemênidas, no século VI a.C., o país ou seu governo tem sido formalmente reconhecido como Irã. O termo “Irã” foi encontrado pela primeira vez em textos antigos pré-aquemênidas, significando “Terra dos Arianos” (Mojtahedzadeh 2013). A razão de ser de impérios altamente coesos e poderosos por todo o Irã desde 708 a.C. – sendo o Império Medo um exemplo original de tais impérios – é muito provavelmente atribuível à extensão territorial dos arianos. Mesmo nos anos posteriores, quando a unidade político-geográfica do império foi substituída pelo Estado, o fator do sarzamin, literalmente traduzido como “terra natal”, permaneceu como a razão de ser central do Irã; ainda que outros fatores tenham sido progressivamente introduzidos ao longo do tempo.

Um dos principais pilares da governança nos impérios iranianos sempre foi a organização política do espaço, que, incidentalmente, também se estendeu a outros impérios, incluindo o Império Romano (Pishgahifard e Sonboli 2009). Não obstante, ainda é motivo de controvérsia se os tipos de governos nos impérios iranianos eram federal (em seu sentido atual)

ou não (Petrushevsky 1987; Noamani 1979; Ashraf 1980; Katoozian 1998; Vali 1993; Lambton 1969). A oposição a esse respeito, contudo, não tem desconsiderado a existência de um governo semifederal, no qual diferentes estados funcionavam sob a supervisão de um governo central. Estados nos impérios iranianos eram frequentemente reconhecidos como Sátrapas – o que, segundo Heródoto, constitui uma forma de Estado autônomo (Jamali et al. 2013). A divisão de poder em cada Sátrapa era estratificada entre duas autoridades principais: o *xšaθrapāwn* – o atual governador ou secretário –, responsável pela supervisão de outros *xšaθrapāwns*, de modo a impedir a amalgamação do poder nas mãos de um único indivíduo. De modo similar aos atuais sistemas federalistas, os Sátrapas eram, até certo ponto, independentes no trato de questões religiosas, culturais, linguísticas e até mesmo econômicas, e dependiam do governo central apenas em questões relativas a impostos, recrutamento de soldados, aquisição de equipamento militar e outras questões de segurança. O sistema de sátrapas nos impérios iranianos evoluiu gradualmente para uma forma mais completa até a invasão do país pelos muçulmanos árabes, o que revolucionou o sistema sociopolítico. A relevância do sistema de sátrapas atingiu tal proporção que novos territórios passaram a ser formados sob a governança de sátrapas durante o Império Sassânida (o último império iraniano antes da islamização do Irã), sendo cada sátrapa ainda subdividido em província, Rostaq (distritos rurais) e Tasuj (uma pequena subdivisão administrativa no Irã).

Após as conquistas árabes e a islamização do Irã em 651 d.C., o governo sociopolítico do país foi remodelado. O governo federal, outrora dominante, instituído pelo Império Sassânida havia declinado, e o Irã havia caído sob a subjugação do império árabe, cuja capital situava-se em Bagdá. Não obstante o fato de que diversos estados políticos estratificados do Irã permaneceram subordinados ao império central, as cerimônias políticas e sociais induzidas pelo império árabe eram inteiramente diferentes daquelas dos impérios iranianos anteriores. De uma perspectiva social, a ordem feudal anterior – que, em consonância com a opinião da maioria dos historiadores e especialistas, era comparável ao feudalismo ocidental – havia se tornado obscura e fora substituída pelo sistema de Iqta, enraizado na cultura islâmica (Anderson 1974; Mann 1988; Lambton 1976; 1968; 1988). Este sistema equivalia ao feudalismo ocidental e concentrava-se particularmente na propriedade pública das terras no império árabe e no mundo islâmico, em contraposição à propriedade privada no feudalismo romano. Iqta referia-se a grandes divisões de terra, que o califado de Bagdá, na condição de sucessor e delegado da providência divina na Terra, atribuía como unidades territoriais próprias, recebendo impostos e resgates anuais, ao mesmo tempo em que privava

os habitantes dessas terras de praticamente qualquer forma de liberdade e independência. O sistema de ordem Iqta no Irã implicou uma subjugação ainda maior dos estados independentes por parte do governo central (Loscaya et al. 1975; Ashraf 1974; Fray 1984). A organização política do espaço durante esse período também foi influenciada pelo sistema de Iqta, o qual, por sua vez, foi acompanhado por mudanças nas instituições e relações sociais. Os sátrapas, ou melhor, os estados autônomos, perderam gradualmente sua independência na condução dos assuntos locais, ao passo que os demais estados não tinham direito à propriedade de suas terras. Os *xšāθrapāwns* (os governadores do estado) haviam se tornado meramente representantes do governo central, encarregados de coletar impostos e resgates.

A ascensão da dinastia Safávida em 1501 libertou o país da soberania árabe, mas não conseguiu restaurar o sistema político-social anterior à islamização do Irã. Em contrapartida, o país foi restabelecido sob a forma de um novo governo de centralidade xiita, o que é, em si mesmo, considerado uma causa existencial para um Irã de configuração inteiramente nova, com novas fronteiras territoriais. O sistema de Iqta permaneceu como o fator determinante por trás das formalidades sociais e políticas, e o sistema de governo adentrou ainda mais no âmbito da governança celestial. A despeito de sua saída do domínio árabe e de suas características um tanto modernas – conforme afirmado por certos especialistas (Savory 2008; Heintz 1967) –, o país havia, sob a influência da jurisprudência política xiita, se tornado a vanguarda para o estabelecimento de uma Ummah islâmica, e não de um governo moderno. A organização política do espaço no Irã durante o reinado da jurisprudência xiita não era muito diferente da governança árabe anterior, com a exceção de que a centralização política havia se intensificado. O advento da dinastia Qajar em 1794 pôs fim ao sistema político-social pré-moderno no Irã, dando origem a uma transição do período pré-moderno ao moderno – período caracterizado sobretudo por associações com o mundo ocidental e por indícios sutis de mudanças na governança política e na organização do espaço para os períodos posteriores.

A ascensão ao poder de Reza Xá em 1925 é reconhecida como o marco inicial do modernismo no Irã. Ao longo da era moderna – desde a ascensão da dinastia Pahlavi até sua queda, seguida pela Revolução Islâmica –, o Irã tem passado por mudanças fundamentais tanto em seu sistema político-social quanto na organização política do espaço. Conforme sustentado pela maioria dos conhecedores do tema, essas mudanças foram resultados subseqüentes das relações com o Ocidente e da penetração e influência do pensamento político ocidental sobre a população iraniana (Halliday 1979; Abrahamian 1983). Talvez a mudança político-social mais significativa da era moderna

tenha sido o surgimento de um governo territorial moderno, concretizado pelas mãos de Reza Xá por força da centralização política, da integração étnica, do estabelecimento de um exército moderno, de uma burocracia administrativa e de um moderno sistema de direitos legais. O surgimento de um governo moderno no Irã implicou muitos outros episódios, incluindo a abolição do sistema *Muluk al-Tavayefi* (semifeudal), a consolidação das fronteiras territoriais até então transitórias do país, a substituição da produção agrícola pela produção capitalista industrial e a construção de grandes redes rodoviárias – tudo isso permitindo ao governo controle total sobre sua extensão territorial. A isso se seguiu a substituição do sistema jurídico tradicional (islâmico) por disposições mais modernas de sistemas jurídicos, em conjunto com o advento de uma burocracia moderna, que facilitou a administração, além do estabelecimento de um sistema educacional moderno e de rápidos aumentos nos níveis de alfabetização pública.

O governo moderno propugnado por Reza Xá engendrou uma variedade de mudanças cruciais na organização política do espaço (Naghibzadeh 2000). Em conformidade com as divisões administrativas modernas, o Irã foi inicialmente estratificado em dez províncias, com subdivisões subsequentes incluindo distritos, cidades, condados, distritos rurais, aldeias e povoados. Pertinentes a tais divisões estavam órgãos regulatórios que incluíam governos provinciais, governadorias, municipalidades, prefeituras e *Dehdari* (xerifado), os quais constituíam as principais unidades político-administrativas do país, responsáveis pela gestão dos assuntos administrativos de forma moderna e unitária, todas sob a supervisão do Ministério do Interior. A legislação correspondente às divisões administrativas, bem como as leis municipais e de propriedade da terra, foram também codificadas e aprovadas durante esse período. A formação de um governo moderno por Reza Xá – o qual, segundo teorias apresentadas por Barrington Moore, havia sido implementado com autoritarismo total (em contraposição às abordagens democráticas adotadas em países europeus) (Moore 1993) – incorporou a noção de centralização política como princípio maior na gestão e no monitoramento dos territórios da nação.

O governo do segundo monarca da Casa Pahlavi (Mohammad Reza Xá) foi, em certa medida, uma reconstrução de um governo absolutista moderno. Diferentemente de seu predecessor e pai (Reza Xá), Mohammad Reza Xá – visto como um indivíduo mais moderno, educado no Ocidente – buscou se distanciar da violência física na centralização política, abstendo-se da repressão de etnias e da urbanização forçada de tribos, e concentrando-se na institucionalização e modernização da centralização política nas divisões administrativas do país. Alterações nas leis de divisão administrativa, a

modernização do sistema burocrático e o desenvolvimento de infraestruturas administrativas – particularmente aquelas relacionadas a redes rodoviárias e assuntos militares – conduziram a uma centralização política modernizada do Irã. A tentativa mais notável de Mohammad Reza Xá na modernização das divisões administrativas foi o programa de reforma agrária, implementado a mando do governo americano, com o objetivo de desarmar os regimes feudais, considerados o principal obstáculo a um Irã modernizado (Foran 2019).

De modo geral, ambas as administrações Pahlavi desempenharam papel fundamental na revolução da organização política do espaço no Irã. Reza Xá procedeu ao estabelecimento de um governo moderno e politicamente unitário, ao passo que Mohammad Reza Xá institucionalizou e modernizou essa centralização política. Essa modernização da organização política do espaço foi ainda mais intensificada pela subsequente revolução de 1979 que, na prática, opunha-se a uma modernização extrema. A partir da Revolução em diante, com exceção da primeira década, de 1978 a 1989, fortemente influenciada pela ideia pós-revolucionária de *Ummahismo* (a governança da comunidade coletiva do povo islâmico) em oposição ao modernismo, a República Islâmica do Irã conseguiu apenas aprimorar ainda mais a noção de centralização, de maneira mais moderna e institucionalizada. Além da jurisprudência política xiita, considerada a principal ideologia subjacente à República Islâmica do Irã e um motivador da centralização política, outros fatores também foram eficazes nessa transição rumo a uma centralização crescente. Os recursos energéticos, particularmente aqueles relacionados ao petróleo, foram fundamentais na intensificação da centralização política no Irã a partir do reinado do segundo monarca Pahlavi em diante. O petróleo proporcionou uma importante fonte de renda para o país, aliviando-o de impostos civis, subjugando a população e impedindo a formação de governos locais. Entre outros fatores que incentivaram a centralização política e a priorização de questões de segurança, incluem-se ameaças – explícitas ou implícitas – provenientes de trilhas étnicas transfronteiriças em países vizinhos, a posição estratégica do Irã como encruzilhada comunicacional entre os mundos oriental e ocidental, e sua situação sensível e vulnerável.

Diversidade étnica

Do ponto de vista demográfico, a estrutura espacial do Irã compreende duas regiões contínuas: a região central e a área periférica. As regiões periféricas, ao contrário das regiões centrais, densas e homogêneas, são altamente desconexas e abrangem diversos grupos étnicos, linguísticos e religiosos, dispersos entre numerosas unidades geomorfológicas e topográficas. Do

ponto de vista geomorfológico, as regiões marginais do Irã são compostas por cadeias montanhosas (Alborz e Zagros) e zonas aquáticas (Mar Cáspio, Golfo Pérsico e Golfo de Omã), bem como por diversos rios – fatores que, por si sós, são considerados entre os fatores históricos decorrentes da inviabilidade de um governo central para controlar o conjunto diversificado de grupos étnicos e raciais residentes nessas regiões.

Respectivamente, os grupos étnicos, linguísticos e religiosos têm a maior contribuição para a desconexão da população do Irã. O país compreende cinco etnias, incluindo turca, curda, árabe, baluche e turcomana. A maior fração demográfica do país é composta por persas, seguidos por azeris, curdos, árabes, baluches e turcomanos. Os grupos étnicos no Irã são caracterizados sobretudo por suas trilhas transfronteiriças em países vizinhos, o que sempre atormentou o governo.

Turcos

Os habitantes turcos do Irã constituem a maior minoria étnica do país e residem principalmente em Ardabil, Azerbaijão Oriental e Ocidental, e Zanjan. Não obstante, muitos cidadãos turcos são residentes das províncias de Teerã, Hamadan, Qazvin, Khorasan do Norte, Markazi, Fars e Gilan. O povo turco é extremamente nacionalista e se considera patriota do país – o que, conforme narra a história, é uma percepção bastante genuína, particularmente evidente em seu senso de pertencimento ao código nacional e religioso apresentado pela revolução constitucional ou ao longo da guerra Irã-Iraque. Ainda assim, houve casos de divergência entre as etnias turcas, como os episódios do movimento de independência do Partido Democrático do Azerbaijão em 1945, fortemente influenciado pela União Soviética, ou a atuação do Partido da República do Povo Muçulmano nos primeiros anos após a Revolução Islâmica (Abedi Ardakani 2010).

Curdos

O povo curdo é nativo das províncias do Azerbaijão Ocidental, Kermanshah, Hamadan, Curdistão e Khorasan do Norte, sendo mais escasso em comparação ao grupo étnico turco. Os fatores propulsores por trás da divergência dos curdos foram mais amplos do que os dos turcos e incluem os seguintes: a concentração da população curda em uma região pequena e específica; instalações econômicas, sanitárias e educacionais inferiores; a

extensão geográfica triangular situada entre os três países do Iraque, Turquia e Síria, e as etnias transfronteiriças correlatas; o isolamento político e a ausência de talentos sociopolíticos da etnia curda nos assuntos administrativos; considerações religiosas (religião sunita); e as atuais mudanças regionais e internacionais no Curdistão iraquiano. Os movimentos divergentes curdos foram bastante frequentes ao longo da história política do Irã, sendo os mais notáveis: a Revolta de Simko Shikak, liderada por Ismail Agha Shikak, em 1918; o estabelecimento da Sociedade do Ressurgimento Curdo (Komala) em 1941, posteriormente transformada no Partido Democrático do Curdistão Iraniano sob o mandato das autoridades soviéticas; a Lei do Movimento de Independência do Curdistão e o estabelecimento da República de Mahabad em 1945; as tentativas de civis curdos, liderados por Abdul Rahman Ghassemlou, em prol do pluralismo de poder no Irã em 1979; e a Declaração de Oito Artigos da Oposição Curda pela Independência do Curdistão após a Revolução Islâmica (Van Bruinessen 2000).

Árabes

A minoria árabe no Irã é constituída principalmente por habitantes da província de Cuzistão e das cidades de Khorramshahr, Abadã, Shadegan, Mahshahr, Ahvaz, Hoveyzeh, Susangerd, Bostan, Shushtar e Dezful do Sul. Minorias árabes também podem ser encontradas, em maior ou menor grau, nas províncias de Fars, Kohgiluyeh e Boyer-Ahmad, Khorasan, Bushehr e Hormozgã, bem como nas ilhas iranianas do Golfo Pérsico. Tentativas divergentes da etnia árabe também são bastante evidentes na história do Irã, sendo a mais notável delas o movimento de independência liderado pelo Xeique Khaz'al durante o reinado de Reza Xá, o qual foi, por fim, reprimido. Certas tentativas divergentes por parte das minorias árabes também foram empreendidas após a Revolução Islâmica do Irã, em 1979.

Baluches

A minoria baluche reside predominantemente na província do Sistão e Baluchistão, sendo majoritariamente muçulmana sunita. Os principais fatores que efetivam a divergência política entre a minoria baluche incluem lacunas religiosas, recessões econômicas nas regiões baluches e a adjacência geográfica com populações baluches no Paquistão e no Afeganistão. Diversos movimentos divergentes foram liderados pela minoria baluche no Irã, sendo

os mais notórios: as rebeliões locais promovidas por diferentes tribos baluches entre 1931 e 1934; a ascensão do Partido Democrático do Baluchistão em 1975; o estabelecimento da Organização Democrática do Povo do Baluchistão, por ordem de Rahmat Hosseinpour, em 1979; o estabelecimento do Centro Político-Cultural do Povo do Baluchistão junto à comunidade acadêmica da cidade de Zahedan, em 1989; a insurgência de Rigi, em 2005; e as tentativas da organização militante sunita Harakat Ansar Iran, entre 2007 e 2008 (Akhbari et al. 2019).

Turcomanos

Os turcomanos iranianos vivem principalmente nas regiões orientais do Mar Cáspio, conhecidas como Turkmen Sahra, bem como nas proximidades dos rios Atrek e Gorganrud. A população turcomana está distribuída majoritariamente nas regiões setentrionais da província do Golestão, além de pequenos setores das províncias de Khorasan Razavi e Khorasan do Norte. As principais cidades turcomenas no Irã incluem Bandar Torkaman, Gonbad Kavus, Kalaleh, Aq Qala, Gomishan, Maraveh Tappeh, Simin Shahr e Incheboron. Atividades divergentes por parte dos turcomanos ocorreram entre 1979 e 1980, após a Revolução Islâmica (Amir Ahmadi 1998).

Além dos diferentes grupos étnicos, o Irã também desfruta de uma variedade de línguas, incluindo o guilaki, o luri, o talysh, o laki, entre outras, bem como de um amplo leque de religiões, incluindo o Islã, o Cristianismo, o Zoroastrismo e as seitas correlatas. A lacuna demográfica mais significativa no Irã é observada entre as diferentes etnias, sendo as diversidades linguística e religiosa consideradas menos relevantes. Do ponto de vista linguístico, apesar da presença de numerosas línguas e dialetos nas regiões geográficas do Irã, a língua persa, sem quaisquer tentativas de intervenção política, tem mantido seu papel como língua oficial dos iranianos ao longo da história. Uma condição semelhante também é observada em termos religiosos, na qual os xiitas compõem a maioria (mais de 98%) da população iraniana, impedindo, assim, a divergência religiosa.

A organização política do espaço

Com uma extensão territorial de 1.648.195 km² e uma população total de aproximadamente 83 milhões de habitantes, o Irã é considerado um

país relativamente grande segundo os padrões globais. O país compreende atualmente 31 províncias, com subdivisões administrativas que incluem cidades, distritos, distritos rurais, aldeias e pequenos povoados. A extensa dimensão espacial do país, em conjunto com outras características naturais e antrópicas – incluindo diversidade climática, variações demográficas e uma miríade de grupos étnicos, com suas respectivas culturas e religiões –, são todas contrárias a um sistema político unitário. Assim sendo, a questão de qual seria precisamente o tipo de governo mais adequado para a organização política do espaço no Irã, dadas essas condições, continua a se colocar como matéria de grande controvérsia entre os especialistas da área (Ahmadi et al. 2015). Não obstante, a maioria dos especialistas acredita que uma versão modificada do atual sistema político unitário-extensivo seria mais aceitável. A posição geopolítica e estratégica do Irã, bem como sua perspectiva histórica sobre a independência dos grupos étnicos e a distribuição desequilibrada dos recursos energéticos por todo o país, estão entre as principais razões pelas quais o governo atual tem renunciado à substituição do sistema vigente por um sistema político menos unitário, de caráter feudalista.

O sistema político unitário-extensivo do Irã baseia-se em dois fatores fundamentais: um de ordem histórica e outro de ordem estrutural. Os componentes históricos subjacentes decorrem tanto de ingredientes domésticos (diversidade étnica e cultura e política subdesenvolvidas) quanto de ingredientes estrangeiros (influência das principais potências mundiais no Oriente Médio e estímulo externo, por parte de grupos étnicos em países vizinhos, rumo à independência) do governo moderno de configuração inteiramente nova instaurado após a revolução constitucional – em decorrência da qual ambas as administrações Pahlavi foram compelidas a estabelecer um sistema político unitário. Os componentes estruturais por trás da formação de um sistema político unitário-extensivo no Irã são de duas ordens: o autoritarismo e os Estados (governos) rentistas. A cultura política autoritária, encontrada principalmente em países orientais, refere-se à subjugação política dos civis, o que, por conseguinte, impede a descentralização política. Ademais, a ascensão de um Estado rentista no Irã, como resultado da venda de petróleo e gás, está entre os principais fatores que contribuem para a sustentabilidade de um sistema político unitário-extensivo no Irã.

Isso posto, o sistema político unitário na República Islâmica do Irã nem sempre permaneceu estável, tendo, ao contrário, passado por cinco períodos distintos de políticas diferentes:

Ideológico (1977-1987)

A organização política do espaço durante esse período foi fortemente influenciada por políticas ideológicas introduzidas nos primeiros anos após a Revolução Islâmica, cuja base se apoiava, antes de tudo, no Ummahismo. O repúdio às fronteiras geográficas e a ênfase em uma Ummah islâmica (a comunidade coletiva do povo islâmico), embora aparentemente contraditórios em relação ao sistema político unitário-extensivo, foram empregados pela República Islâmica do Irã como uma abordagem de política externa, especificamente pertinente a países do Oriente Médio, incluindo Líbano, Palestina e Iraque, bem como a países debilitados da África. No âmbito doméstico, contudo, praticamente nenhuma tentativa foi feita no sentido de combinar políticas de divisões administrativas com noções de Ummahismo. Com efeito, a centralização espacial foi ainda mais intensificada por meio da persona carismática do Aiatolá Khomeini, em meio à atmosfera de populismo que se seguiu à Revolução Islâmica. A centralização política nesse período foi justificada primordialmente em termos de considerações ideológicas, sendo, assim, classificada como o período das políticas ideológicas.

Bem-estar Urbano (1987-1997)

O fim da guerra Irã-Iraque, que durou oito anos, em conjunto com a morte do Aiatolá Khomeini em 1987, deu início a uma nova era de políticas na organização política do espaço. Essa década foi caracterizada, acima de tudo, pela prevalência de políticas de bem-estar social e econômico, em contraposição às políticas de isolamento global da década anterior. Uma das figuras de destaque dessa década foi o Aiatolá Hashemi Rafsanjani, que ascendeu ao poder sob o lema “Compromisso e Bem-Estar Econômico” e conseguiu não apenas reparar a maior parte dos danos causados pela guerra Irã-Iraque, mas também introduziu novas políticas para a organização política do espaço. As políticas clientelistas desse período promoveram as regiões centrais do país a uma posição superior em comparação às regiões marginais. As consequências dessa lacuna centro-periferia foram bastante deletérias para as divisões administrativas do país. A emigração irregular de habitantes das regiões subdesenvolvidas para áreas mais industrializadas, particularmente as grandes cidades, levou a um aumento da vulnerabilidade dos setores subdesenvolvidos do país, notadamente nas províncias do Sistão e Baluchistão e de Khorasan do Sul. As condições foram ainda mais intensificadas pelo crescimento errático de grandes cidades como Teerã e Isfahã, o que causou um estado de indiferença em relação às localidades menores, chegando mesmo a excluí-las do sistema de divisão administrativa. O impacto mais evidente da política clientelista empregada pela administração

Hashemi Rafsanjani, em termos de divisões administrativas, foi a escalada da centralização política e o surgimento de novas unidades espaciais conhecidas como metrópoles (Hosseini 2013).

Descentralização (1997-2005)

A administração de Seyyed Mohammad Khatami, voltada ao desenvolvimento político e à reforma, foi o primeiro caso de políticas descentralizadas no Irã moderno (Bashiriyeh 2018). Repudiando as políticas clientelistas e centralizadas de Hashemi Rafsanjani, a administração Khatami procedeu à implementação de reformas sérias nas divisões administrativas do país. As consequências mais notáveis, ainda que de curta duração, desse período incluem a aprovação e a implementação da lei dos conselhos, a proliferação de províncias maiores com o objetivo de engajar o público na formulação de políticas e de neutralizar as políticas clientelistas, e mudanças nas regras e regulamentos dos municípios com o objetivo de lhes conceder um status de independência frente aos governos. Barreiras estruturais existentes, no entanto, como o autoritarismo e os Estados reticentes decorrentes da venda de petróleo, tornaram temporários os resultados desse período.

Justiça (2005-2013)

A administração Ahmadi Nezhad, inaugurada em 2005, também adotou os lemas de Khatami contra o clientelismo da administração Rafsanjani no que diz respeito às divisões administrativas (na década de 1990). Contudo, diferentemente da abordagem de Khatami de substituir a centralização política pela descentralização, a administração Ahmadi Nezhad tinha motivos econômicos ulteriores para propugnar a centralização política, particularmente a fim de aliviar aquelas frações da sociedade que, devido às políticas clientelistas de Rafsanjani, haviam sido marginalizadas. Em outras palavras, o lema da justiça apresentado pela administração Ahmadi Nezhad não estava, de fato, direcionado ao desenvolvimento político, mas sim ao alívio da lacuna entre os abastados e os empobrecidos (Ghanbari 2014).

Os princípios centrais da organização política do espaço nesse período estavam voltados primordialmente para a promoção de regiões menores, em contraposição às grandes cidades e metrópoles. Os procedimentos governamentais nesse período engendraram mudanças significativas no status das divisões administrativas menores, trazendo vivacidade a essas

regiões, pela primeira vez, como partes das divisões administrativas do país.

Moderação (2013-)

A administração Rouhani foi inaugurada em 2013, com posturas reformistas bastante semelhantes às da administração Khatami. Não obstante, seis anos já se passaram até o momento, e o governo não parece dispor de quaisquer políticas específicas no que diz respeito à organização política do espaço. O governo, com sua falta de um discurso político definido, tem trabalhado no sentido de implementar um cruzamento entre as ideologias reformista e principalista (conservadora) no que concerne às divisões administrativas. Nesse sentido, o governo não apenas manteve as mudanças fundamentais e legais propostas pela administração Ahmadi Nezhad no tocante à organização política do espaço, como também, na prática, voltou-se a objetivos políticos e culturais envolvendo as metrópoles. Atualmente às voltas com uma crise financeira, a administração Rouhani também parece carecer de um plano específico em outros aspectos, mais notavelmente no que se refere à organização política do espaço.

De modo geral, as políticas da República Islâmica no que diz respeito à organização política do espaço variaram, em certa medida, ao longo dos diferentes períodos. O denominador comum, contudo, para todos os períodos (com exceção do terceiro período) tem sido a intensificação da centralização política. Não obstante, uma nova era da organização política do espaço parece estar emergindo no mundo virtual, sobretudo por força das mídias sociais. Atualmente, uma grande parcela da resistência civil contra o governo vem ocorrendo no espaço virtual. Pode-se concluir que, dadas as mudanças recentes trazidas pela expansão do mundo virtual, a centralização espacial está se metamorfoseando em congestionamento espacial. O mundo virtual comprimiu o espaço, ao passo que os usuários das mídias sociais discutem e refutam constantemente a centralização política.

Status geoeconômico e geopolítico

O Irã, do ponto de vista da geoeconomia e da geopolítica, destaca-se como um país relativamente poderoso na Ásia. A superioridade geográfica do país – isto é, sua posição estratégica nas vias de comunicação entre Europa, Ásia e África, bem como na linha global de comunicação Norte-Sul de recursos energéticos, e sua localização em meio a três regiões altamente sensíveis, a

Ásia Ocidental (Oriente Médio), a Ásia Central e o Cáucaso; o acesso a águas internacionais em virtude da posse de metade dos direitos sobre o Golfo Pérsico; a autoridade sobre o Estreito de Hormuz, como principal linha de transporte energético a partir do Golfo Pérsico; a esfera de influência em questões culturais no mundo islâmico, particularmente nas regiões xiitas; e a posse de recursos de gás e petróleo em larga escala – está entre os fatores que contribuem para a superioridade geopolítica do Irã em relação às demais regiões da Ásia Ocidental (o Oriente Médio) (Coskun 2009).

O Irã é reconhecido como o ponto focal geopolítico da Ásia Ocidental (o Oriente Médio), o que, por sua vez, lhe confere um certo papel de influência na região. Até a Revolução Islâmica de 1979, a centralidade geopolítica do Irã era direcionada predominantemente a questões de economia e segurança. A dinastia Pahlavi, por meio de colaborações com governos ocidentais, havia se erguido como o polo econômico da região, com influência transregional. Em termos de segurança, o Irã também era reconhecido como o principal gendarme e figura de autoridade política da região (Cronin, 1997). Com a Revolução Islâmica de 1979 e a saída da República Islâmica da rede geopolítica ocidental, a Arábia Saudita ascendeu como o novo centro geopolítico da região em termos de economia e segurança, ao passo que o Irã se concentrou em estender sua centralidade geopolítica sob a orientação da cultura e de tendências ideológicas. Em outras palavras, o papel religioso desempenhado pela Arábia Saudita antes da Revolução Islâmica de 1979 passou, a partir de então, a ser delegado ao Irã. Uma das mais relevantes redes geopolíticas, na qual o Irã hoje ocupa posição central, é a rede de Resistência Xiita. No âmbito dessa rede geopolítica xiita, composta por Irã, Iraque, Bahrein, Líbano e Síria, o Irã emergiu como o líder moral e político dos xiitas, o que se deve, em grande medida, à posição estratégica do país. Em virtude de ensinamentos xiitas como o repúdio ao secularismo e à arrogância, o Irã conferiu a si mesmo uma determinada identidade política xiita, em contraposição à rede geopolítica sunita liderada pela Arábia Saudita. “Geopolítica xiita” é a nomenclatura empregada nos últimos anos por certos autores para se referir ao status dessa rede xiita (Nasr 2006).

A centralidade superior do Irã dentro da rede geopolítica de resistência, composta por Irã, Síria, Iraque, o Hezbollah (Partido de Deus) do Líbano, o Hamas e o Ansarullah do Iêmen, tem contribuído ainda mais para sua relevância na região. Em virtude dessa centralidade, o Irã tem sido capaz de pilotar e controlar a crise política no Iraque após a queda do Partido Baath, bem como administrar as tensões domésticas na Síria e no Iêmen de forma bastante eficaz (Zweiri 2016).

O Irã também desempenha papel de destaque no que concerne

à geoeconomia. Com uma quota superior a 10% dos recursos petrolíferos mundiais, o país está entre os principais produtores de petróleo na região do Golfo Pérsico, além de deter o segundo maior recurso de gás do mundo, atrás apenas da Rússia (Sarmadi-Rad 2005; Mohammadi 2010). Sua localização na região do *Rimland* e na Elipse Estratégica de Energia – considerada o elo de conexão entre os principais recursos energéticos globais, isto é, o Mar Cáspio e o Golfo Pérsico – transformou o Irã no principal ponto focal de energia tanto para países orientais quanto ocidentais. Os países orientais, particularmente a China, que constitui o maior mercado energético do Irã, consideram o Irã não apenas uma importante fonte de petróleo e gás, mas também um dos trajetos mais relevantes de recursos energéticos na Ásia Central. Essa condição de trânsito também conferiu ao país a oportunidade de transferir recursos energéticos da zona do Golfo Pérsico para países do sul e do centro da Ásia. O gasoduto Irã-Paquistão, também conhecido como Gasoduto da Paz, é um exemplo emblemático dessa transferência de energia entre o Irã e os países do sul da Ásia (Cohen et al. 2008).

Não obstante, a superioridade geopolítica e geoeconômica do Irã também trouxe consigo certas ameaças. O impacto de grandes potências sobre o Oriente Médio durante a era colonialista, justificado principalmente pelas teorias de Mackinder e Spykman, transformou o Irã em um nexo de crise. Ademais, a natureza competitiva das grandes potências em relação às ricas fontes de petróleo e gás na região do Golfo Pérsico ocasionou obstáculos adicionais ao desenvolvimento dos países dessa região, especialmente o Irã. Após a era colonialista, e à medida que as ameaças se disseminavam e se ampliavam, a autoridade do Irã sobre a região intensificou-se ainda mais, a ponto de o país, por meio de políticas distintas em relação a outros países vizinhos, tornar-se um importante concorrente de outras figuras de poder, particularmente os Estados Unidos da América (Pletka 2014). Os EUA, bastante cientes da superioridade geopolítica e geoeconômica do Irã na região, buscaram e ainda buscam subjugar o Irã às suas próprias políticas para o Oriente Médio, por meio da imposição de sanções e embargos. As sanções econômicas dos EUA contra o Irã acarretaram danos irreparáveis à economia iraniana, ainda que a abordagem de resistência empregada pelo Irã persista.

Conclusão

O Irã pré-moderno era caracterizado predominantemente pela dispersão espacial no que diz respeito à geografia política. A extensão política do Irã tendia a se expandir tanto na fase pré-islamização (impérios antigos)

quanto na fase pós-islamização, quando o país passou a integrar o Califado Árabe. A organização política do espaço nessa era não era a de um governo centralizado e unitário, mas sim a de um sistema semifederal. Com o advento da era moderna, a geografia política do país passou por mudanças extraordinárias, cujo resultado foi a substituição dos antigos estados espacialmente dispersos por um governo unitário. As exigências de um governo avançado na era moderna para estabelecer a integridade nacional, e as tentativas do governo de se apoiar nos recursos petrolíferos a fim de se distanciar da população, em conjunto com a continuidade do autoritarismo político, estiveram entre os principais motivadores por trás da institucionalização da centralidade política. As políticas relativas às divisões administrativas do país, ao longo dos diferentes períodos, também foram direcionadas primordialmente a solidificar o governo unitário já vigente. A existência de diferentes grupos étnicos e as ameaças correlatas de independência e separação, a posição estratégica do Irã, as ameaças representadas por grandes potências mundiais, e a distribuição injustificada de riqueza entre as diferentes regiões geográficas estiveram todas entre as razões pelas quais o governo continuou a corroborar a ideia de um governo unitário. Não obstante, o advento e a expansão do mundo virtual, particularmente das mídias sociais, sinaliza a potencial emergência de uma nova era da organização política do espaço no Irã – uma era pós-moderna, na qual grupos civis são capacitados a desafiar as políticas de um governo unitário por meio de ferramentas fornecidas pelas mídias sociais, formando, de certo modo, um novo tipo de resistência de baixo para cima contra a centralização política extrema, tudo isso dentro dos domínios seguros do mundo virtual.

Em escala regional, as capacidades geopolíticas e geoeconômicas do país conferiram ao Irã um estado de superioridade e ampliaram sua influência geral no mundo. Os códigos geopolíticos implementados no Irã são, atualmente, de natureza ideológica, os quais, em contraste com a atmosfera econômica anterior à Revolução Islâmica de 1979, geraram, de certa forma, um senso de autoridade. Em virtude de uma nova rede geopolítica na região, o Irã emergiu como a principal figura política da área, a ponto de hoje colocar em xeque a autoridade até mesmo de grandes potências mundiais.

Referências

- Abedi Ardakani, H. 2010. “A study of the causes of the rise and fall of the Azerbaijan Democratic Party”. *History of Foreign Relations quarterly* 42.
- Abrahamian, E. 1983. *Iran between two revolutions*. Princeton University Press.

- Ahmadi, S.A., H. Khaledi e B. Qolami. 2015. "Political organization of space and territorial challenges in Iran (case study on the provinces of Ilam and West Azerbaijan)". *Planning and Preparation of Space Quarterly* 19 (2): 89-120.
- Akhbari, M., A.A. Dabiri, M.R. Hafeznia, e S.Y. Safavi. 2019. "Locational-spatial analysis of the formation and activities of terrorist groups in the borderline regions of Afghanistan and Pakistan". *Shebhe Qarre sciences quarterly* 11 (37): 25-44.
- Amir Ahmadi, H. 1998. "Ethnicity and security". *Strategic Studies Quarterly* 1 (2): 207-234.
- Anderson, P. 1974. *Lineage of the absolutist state*. Lynne Reiner.
- Ashraf, A. 1974. Historical features of urbanization in Iran-during the Islamic period. *Social Sciences Quarterly* 4.
- Ashraf, A. 1980. *Historical barriers to capitalism in Iran during the Qajar Period*. Payam Publications.
- Bashiriyeh, B. 2018. *Debates on political sociology in Iran*. Negah-e Moaser publications.
- Cohen A., L. Curtis, e O. Graham. 2008. *The proposed Iran-Pakistan-India Gas Pipeline: an unacceptable Risk to regional security*. Nffl 2139. Heritage Foundation.
- Coşkun B. B. 2009. "Global energy geopolitics and Iran". *Uluslararası İlişkiler* 5 (20): 3
- Cronin, S. 1997. *The army and creation of the Pahlavi state in Iran, 1921-1926*. Tauris Academic Studies.
- Fray, R. 1984. *The history of ancient Iran*. C.H. Beck.
- Foran, J. 2019. *Fragile resistance: social transformation in Iran from 1500 to the revolution*. Routledge press.
- Ghanbari, N. 2014. "Comparison of Khatami and Ahmadinejad administrations foreign policy discourse and its impact on Middle East policy of the Islamic Republic of Iran". *Researcher* 6 (2): 27-33.
- Heintz, W. 1967. *The formation of a national government in Iran, The Aq Qoyunlu government and the emergence of the Safavi Dynasty*. Translated by Keykavus Jahandari. Maaref Commission publications.
- Halliday, F. 1979. *Iran: Dictatorship and development*. Penguin books.
- Hosseini, S. M. 2013. *Tan Dal: cultural-political revolutions in high-profile cinema of Iran*. Rokhdad-e No publications.
- Jamali, Y., M.K. Imanpoor, e M.T. Shahabadi. 2013. "The role and position

- of Satraps in the Achaemenid Empire". *History of Islam and Iran Quarterly* 23 (18): 89-110.
- Katoozian, M. A. 1998. *9 articles on historical sociology of Iran*. Traduzido por Alireza Tayyeb. Markaz publications.
- Lambton, A. 1968. "The International Structural of Saljuq Empire". In *The Cambridge History of Iran: The Sakjuq and Mongol period*, organizado por Boyle, J. A. Cambridge University Press.
- Lambton, A. 1969. *Landlord and peasant in Persia*. I.B. Tauris & Co Ltd.
- Lambton, A. 1976. "Evolution of Iqta in Medieval Iran". *Journal of the British Institute of Persian Studies* 5 (1): 41-50.
- Lambton, A. 1988. *Continuity and Change in Medieval Persian*. Lynne Reiner.
- Loscaya P, et al. 1975. *History of Iran*. Traduzido por Karim Keshavarz. Payam Publications.
- Mann, M. 1988. *State, war and capitalism: Studies in political sociology*. Oxford Press.
- Mojtahedzadeh, P. 2013. *Political geography and geographical policies*. Samt publications.
- Mohammadi, F. 2010. "The Iran Primer: The oil and gas industry". *Website of Tehran Bureau*, 26 de outubro. <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/tehranbureau/2010/10/iran-primer-the-oil-and-gas-industry.html>.
- Moore, B. 1993. *Social origins of dictatorship and democracy*. Beacon Press.
- Naghbizadeh, A. 2000. *The government of Reza Shah and the tribal system*. Enghelab-e Eslami Notary Office publications.
- Nasr, V. 2006. "When the Shiites rise". *Foreign affairs* 85 (4).
- Noamani, F. 1979. *Evolution of feudalism in Iran*. Kharazmi Publications.
- Pishgahifard, Z. e A. Sonboli. 2009. "An outlook on the political organization of space and power in ancient Iran and Greece". *Human Geography Studies Quarterly* 67: 48.
- Petrushevsky, A.P. 1987. *Agriculture and land relations in Iran during the Mongol reign*. Traduzido por Karim Keshavarz. Neil Publications.
- Pletka, D. e F.W. Kagan. 2014. *America vs. Iran: The competition for the future of the Middle East*. American Enterprise Institute.
- Sarmadi-Rad, M. A. 2005. *Iran's strategy for Export of Natural Gas*. Declaração apresentada na 15ff Sessão do Working Party on Gas, United Nations Economic Commission for Europe, Genebra, janeiro de 2005.
- Savory, R. 2008. *Iran under the Safavids*. Cambridge University Press.

- Vali, A. 1993. *Pre-capitalist, a theoretical history*. I.B. Tauris& Co Ltd.
- Van Bruinessen, M. M. 2000. *The Kurds in movement: Migrations, mobilizations, communications and the globalization of the Kurdish question*. Working Paper nffl 14. Islamic Area Studies Project, University of Tokyo.
- Zweiri, M. 2016. "Iran and political dynamism in the Arab World: the case of Yemen". *Digest of Middle East Studies* 25 (1): 4-9.

RESUMO

Com uma extensão territorial de quase 1.648.195 km² e uma população de cerca de 87 milhões de habitantes, o Irã – também conhecido como Pérsia – tem vivenciado, ao longo do tempo, as oscilações da história política, figurando entre as nações que merecem análise e estudo sob a ótica da geografia política e da geopolítica. Da era pré-moderna à modernidade, o Irã tem sido palco de transformações revolucionárias na gênese de sistemas sociopolíticos e na organização política do espaço. Sua localização geográfica e sua posição no globo conferem-lhe um caráter singular em termos de relevância geopolítica e geoestratégica: situado no Oriente Médio, o Irã possui raízes históricas na Ásia Central e no Cáucaso, além de compartilhar narrativas históricas com o Sul da Ásia e a Índia. Por outro lado, o país conecta-se à Europa via Turquia e, detendo mais de 50% das reservas estratégicas de hidrocarbonetos do Golfo Pérsico, possui acesso a águas internacionais. Nesse contexto, é evidente que o Irã ocupa uma posição extremamente frágil e sensível no que tange à geografia política e à geopolítica. O país também apresenta uma geografia interna singular, caracterizada por uma grande diversidade de unidades geomorfológicas e topográficas, bem como por uma multiplicidade de realidades culturais e sociais – cada uma delas, de certa forma, relacionada a histórias e regiões que transcendem suas fronteiras políticas. A geografia política iraniana também tem sido profundamente influenciada, tanto positiva quanto negativamente, pela presença de abundantes recursos de petróleo e gás natural, além de importantes jazidas minerais. Essas características excepcionais, internas e externas, deram origem a uma vasta gama de fenômenos de geografia política e a inúmeros desdobramentos geopolíticos. Tais aspectos conferem relevância ao estudo da geografia política e da geopolítica do Irã, permitindo uma compreensão mais aprofundada da nação e do país.

PALAVRAS-CHAVE

Irã, Geografia Política, Geopolítica, Geoeconomia, Organização política do espaço

Recebido em 25 de setembro de 2025

Aprovado em 13 de julho de 2026

Traduzido por Lucas Lixinski